



v.2, n.2, jul./dez. 2017 ISSN: 2527-1253

Aspectos de Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável com agricultoras: Uma análise a partir da avaliação do curso de extensão módulo de Política de Assistência Social no meio rural na comunidade de Mazombinha – Itaguaí / RJ

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo *

Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento **

Lamounier Erthal Villela ***

Eduardo Gusmão da Costa ****

* Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA - UFRRJ), Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT - UFRRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), integrante do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e políticas públicas (LPDT / UFRRJ). E-mail: lluferraz@yahoo.com.br

** Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA - UFRRJ), Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT - UFRRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, integrante do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e políticas públicas (LPDT / UFRRJ). Bolsista CNPq Brasil pelo programa de pro-integração. E-mail: ca.sarmiento@ig.com.br

*** Pós-doutor em Administração Pública pela EBAPE/FGV; Doutor em Economia Aplicada pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III); Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT), Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/DECECON/PPGCTIA). E-mail : lamounier.erthal@gmail.com

Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA - UFRRJ), mestre em Administração e desenvolvimento empresarial (UNESA), integrante do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e políticas públicas (LPDT / UFRRJ). E-mail: eduardogusmao1@gmail.com

RESUMO

Localizado no município de Itaguaí, o bairro de Mazombinha, vem sofrendo significativas transformações socioculturais e econômicas, resultado de megaempreendimentos que se instalam na região. Um dos aspectos resultantes deste movimento é a diluição da mão de obra no campo, o que pode comprometer a multifuncionalidade da agricultura familiar: a reprodução socioeconômica das famílias, a manutenção desse tecido social e cultural, da segurança alimentar e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Nesse sentido, as mulheres do campo passam a ter um papel importante para a preservação dessa atividade em suas comunidades, já que os homens das famílias são atraídos para os empregos na construção civil, na busca por melhores remunerações. Este artigo consiste em uma avaliação do módulo sobre assistência social oferecido para as mulheres da comunidade rural de Mazombinha que buscou apontar o acesso aos direitos garantidos como uma das possibilidades efetivas de alterar a lógica de exclusão social vigente na região. Os resultados iniciais desta pesquisa apontam que houve avanços no que diz respeito ao entendimento das agricultoras sobre seus direitos e mecanismos de promoção de suas autonomias enquanto agentes sociais de seus territórios, com um pensamento de transformação das instâncias de controle social de seu território e alguns desdobramentos práticos ainda que limitados.

Palavras-chave: gestão social; patriotismo constitucional; Equador.

RESUMEN

Ubicado en el municipio de Itaguaí, el distrito de Mazombinha, ha sufrido importantes transformaciones socio-culturales y económicas, resultado de megaproyectos que se instalan en la región. Uno de los aspectos resultantes de este movimiento es la dilución de la mano de obra en el campo, lo que puede comprometer la multifuncionalidad de la agricultura familiar: la reproducción socioeconómica de las familias, el mantenimiento de este tejido social y cultural, la seguridad alimentaria y la preservación de los recursos naturales. el campo. En este sentido, las mujeres rurales desempeñan un papel importante en la preservación de esta actividad en sus comunidades, ya que los hombres de la familia se sienten atraídos por trabajos en la industria de la construcción, en busca de una mejor remuneración. Este artículo es una evaluación del módulo sobre asistencia social que se ofrece a las mujeres de la comunidad rural de mazombinha, que buscaba señalar el acceso a derechos garantizados como una de las posibilidades efectivas para cambiar la lógica de exclusión social vigente en la región. Los resultados iniciales de esta investigación señalan que ha habido avances en la comprensión de las campesinas sobre sus derechos y mecanismos para promover sus autonomías como agentes sociales de sus territorios, con la idea de transformar las instancias de control social de su territorio y algunas Despliegue Práctico pero limitado.

Palabras clave: Gestión Social, Desarrollo Territorial Sustentable; Asistencia social; Política pública

ABSTRACT

Located in the municipality of Itaguaí, the district of Mazombinha, has undergone significant socio-cultural and economic transformations, the result of mega-projects that settle in the region. One of the aspects resulting from this movement is the dilution of the workforce in the countryside, which can compromise the multifunctionality of family agriculture: socio-economic reproduction of families, maintenance of this social and cultural fabric, food security and the preservation of natural resources and Of the countryside. In this sense, rural women play an important role in preserving this activity in their communities, since the men of the family are attracted to jobs in the construction industry, in search of better remuneration. This article is an evaluation of the module on social assistance offered to women in the rural community of Mazombinha who sought to point out the access to guaranteed rights as one of the effective possibilities to change the logic of social exclusion in force in the region. The initial results of this research point out that there have been advances in the understanding of women farmers about their rights and mechanisms to promote their autonomies as social agents of their territories, with a thought of transforming the instances of social control of their territory and some unfolding Practical yet limited.

Key Words: Social Management, Sustainable Territorial Development; Social assistance; Public policy

1. Introdução

O município de Itaguaí-RJ localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a 69 quilômetros da capital do estado. Possui uma população estimada de 117.374 habitantes, segundo IBGE Cidades (2014), com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,715, considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ocupando a 39ª posição entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e 1454ª dentre os 5564 municípios brasileiros ocupa uma área de 271,563 km². Sendo então o 26º mais populoso do estado e o primeiro de sua microrregião.

Um fato histórico é o reconhecimento do potencial agrícola de Itaguaí, já em 1790 a necessidade de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro orientou uma nova política para o território de Itaguaí à época parte integrante da Fazenda Santa Cruz. Esta torna-se vital para abastecimento de alimentos para os moradores do Rio de Janeiro sede do vice-reinado desde 1763. (COSTA; MOREIRA et al. , 2010). Em outro momento em 1930, o município teve um importante papel na agricultura do Estado, o presidente Getúlio Vargas valorizou a agricultura do município promovendo uma reforma agrária com o objetivo de ampliar a produção de gêneros alimentícios para abastecer o Estado do Rio de Janeiro. Nessa época promoveu-se um expressivo fluxo migratório de colonos estrangeiros (em sua maioria japoneses) que também receberam terras em várias regiões do município. Atualmente se pode destacar a produção de banana, feijão mandioca e milho. Além da criação de caprinos ovinos e suínos IBGE (2010). A estrutura produtiva agrícola do município foi aceleradamente transformada até meados dos anos 2006, quando foi anunciado que o município e seu entorno iriam sediar grandes empreendimentos estratégicos para o crescimento econômico do país.

A partir do ano de 2007, iniciou-se na re-

gião a implementação de indústrias consideradas megaempreendimentos¹, o que impactariam diretamente questões como aumento populacional, inserção de novas políticas públicas, investimento público e privado, meio ambiente, infraestrutura urbana etc. em todo o Município e região. Dentre os empreendimentos e megaempreendimentos, aqueles que merecem um destaque pelo porte de seus investimentos são: A ThyssenKrupp – CSA, Companhia Siderúrgica do Atlântico, Companhia Siderúrgica Nacional –CSN, Porto Sudeste do Brasil S/A, Estaleiro naval PROSUB – EBN / Odebrecht. Na área geográfica da zona do Porto de Itaguaí teve início no ano 2007 a implementação das atividades da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, com investimento inicial de mais de R\$ 7.89 bilhões de Reais, mais de 18 mil empregos diretos durante a obra de implementação e 3,5 milhões de empregos na operação segundo fontes do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA/RJ.

Iniciaram-se no ano de 2010 as obras de construção do megaempreendimento do até então denominado Porto Sudeste S/A. Cujo o principal intuito foi à criação de um terminal portuário privado que escoasse a produção de minério de ferro extraído no estado de Minas Gerais, sendo sua utilização mista (própria e alugada). As conclusões do empreendimento estão previstas para o ano de 2015/2016, com investimentos somente no triênio 2011/2013 na ordem de mais de R\$ 1.3 bilhões. No ano de 2008 a Marinha do Brasil dá início ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB, com o intuito de desenvolver dois submarinos de propulsão nuclear e mais quatro de diesel-elétrico que segundo a Marinha servem para ampliariam os espaços de proteção da costa brasileira.

Para o desenvolvimento desse projeto foi realizado um consórcio entre a empresa Francesa DCNS (Direction des Constructions Navales et Services) e a Odebrecht, Brasil. No ano de 2012 deu início a implantação/construção do estaleiro e uma base naval na região da praia do saco do

Engenho (Bairro da Ilha da Madeira), com uma extensão total de 700 metros de extensão por 14 metros de diâmetro, perfazendo um total de 103 mil m², atualmente o espaço total das atividades do PROSUB perfazem um total de 487 mil m².

Segundo relatórios disponíveis na página da Marinha do Brasil² até o ano de 2014 foram gastos R\$ 10.3 bilhões (R\$ 5.2 bilhões somente no triênio 2012-2014), com uma proporção de 48% das obras concluídas, e com uma previsão de R\$ 2.261 bilhões, para conclusão de metas (não há informações públicas de quais seriam tais metas) e mais R\$ 11 bilhões para conclusão dos cronogramas físico-financeiros. A previsão da Marinha do Brasil é que durante todo o processo de implementação do megaempreendimento serão criados 8 mil empregos diretos e 32 mil indiretos durante a construção, além de mais 5.600 empregos diretos e 14 mil indiretos no processo de execução prática.

Existe também um grande terreno da PETROBRÁS no município de Itaguaí, entretanto sem nenhuma operação industrial no momento. Atualmente, somados são mais de 25 empreendimentos e megaempreendimentos, no Município de Itaguaí e seu entorno, o que afeta diretamente as condições socioeconômicas dos territórios, e consequentemente influenciam na implementação e execução das políticas públicas em escala local.

Complexo portuários, Petrobrás, Gerdau e TKCSA



Fonte: Alcântara, QUAPA – SEL RJ

A seguir será apresentado de forma breve sobre a situação da agricultura familiar no município de Itaguaí, sobre o interesse de estudo e pesquisa sobre a temática da agricultura familiar e o curso oferecido aos agricultores rurais na região do Mazombinha.

2. Agricultura familiar local e o projeto de pesquisa e extensão

As mudanças citadas anteriormente no território afetaram diretamente os moradores e agricultores rurais, segundo os dados do Censo Agropecuário (2006), apontam que no município de Itaguaí encontram-se 279 estabelecimentos de agricultura familiar numa área de 2.184 ha, enquanto existem 103 estabelecimentos de agricultura não familiar numa área de 5.480 ha (IBGE, 2010 apud VILLELA ET. AL, 2014). Desta forma tem-se a relação aproximada de 2,7 estabelecimentos de agricultura familiar para cada estabelecimento não familiar e 2,5 ha de agricultura não familiar para cada hectare de agricultura familiar no município. Quanto ao número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários foram constatados que no município de Itaguaí havia neste período 137 mulheres e 974 homens com este tipo de ocupação (IBGE, 2014 apud VILLELA ET AL., 2014). Estes dados mostram uma relação de 7,10 homens para cada mulher ocupada em estabelecimentos agropecuários.

Percebeu-se que a região vem sofrendo significativas transformações socioculturais e econômicas ao atrair empreendimentos e megaempreendimentos para região, impactando diretamente nas atividades agropecuárias e de desenvolvimento territorial sustentável. Um dos aspectos resultantes desse impacto é a diluição da mão de obra no campo, atraída pelos empreendimentos que podem comprometer a multifuncionalidade da agricultura familiar: a reprodução socioeconômica das famílias, a manutenção des-

se tecido social e cultural, da segurança alimentar e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural BONAL e MALUF (2007). Nesse sentido, as mulheres do campo passam a ter um papel importante para a preservação dessa atividade, já que os homens das famílias são cooptados para os empregos na construção civil, na busca por melhores remunerações.

O interesse de estudo sobre esta temática partiu da implementação do projeto de pesquisa e extensão universitária de responsabilidade do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento Territorial (LPDT), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) e Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), intitulado: A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável, que posteriormente se transformaria no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET-BIG), englobando não somente o município de Itaguaí, mas toda a região da Baía da Ilha Grande, onde se localiza também os municípios de Seropédica, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Com relação à ampliação do projeto para um núcleo é válido ressaltar a participação do governo federal, por meio de parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) buscou fortalecer as instâncias colegiadas responsáveis pelo controle social das políticas públicas na área da agricultura familiar no Território da Baía da Ilha Grande, composto de entidades representantes da sociedade civil e do poder público, viabilizando o apoio ao seu funcionamento com oferta de assessoramento técnico. Através do Edital CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 constituiu os Núcleos

de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) que tem como principal objetivo assessoria técnica ao Colegiado BIG para a gestão social e apoio para realização de ações territoriais, produção de dados e informações, monitoramento e avaliação das ações viabilizando a difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias voltadas para a gestão social do território.

Entretanto está artigo, se debruça especificamente sobre o plano de trabalho inicial do projeto que tinha como uma de suas finalidades o diagnóstico da realidade da agricultura familiar do município de Itaguaí, ressaltando o papel das mulheres neste contexto.

Além de oferecer um curso sobre política de assistência social no meio rural, proporcionando uma formação/capacitação em gestão social e capacitação técnica para mulheres envolvidas em atividades rurais da agricultura familiar do município de Itaguaí, fundamentais na construção e implementação das políticas públicas municipais para o desenvolvimento territorial sustentável da agricultura familiar na região.

O módulo/extensão “A Política de Assistência Social no meio rural”, curso oferecido às agricultoras da região de Mazombinha – Itaguaí, buscou capacitar sobre as ferramentas para acesso aos direitos garantidos nos princípios e diretrizes da PNAS, principalmente os estabelecidos nos incisos IV e V³ dos princípios que garantem a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

O curso foi efetivamente oferecido no próprio território rural de Mazombinha – Itaguaí – Rio de Janeiro, contando com um total de 18 alunas participantes, todas agricultoras residentes da localidade, tanto a capacitação como as entrevistas ocorreram durante o segundo semestre do

ano de 2015, tendo suas resultantes analisadas e concluídas, durante o primeiro semestre do ano de 2016.

Assim buscou-se o fortalecimento das agricultoras, como principais atores sociais daquele território, visando o fortalecendo, participação e o controle social da política, de acordo com o inciso II das diretrizes da PNAS⁴ que aponta a importância da participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

3. Metodologia

O estudo apresentará uma abordagem qualitativa a partir da análise crítica da realidade, que Segundo MINAYO (2002), corresponde a questões muito particulares, com nível de realidade que não pode ser quantificada. Para FLICK (2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais, devido à pluralidade das esferas da vida e a dissolução de “velhas” e formas de vida. Essa nova pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Apresentaremos a seguir o desenvolvimento da metodologia do estudo, consistindo em coleta e tratamento de dados.

Etapa 1 – Coleta de dados: foi escolhido, como instrumento de coleta de dados, o questionário fechado que segundo GIL (2007), permite obter respostas que possibilitam a comparação com outros instrumentos de coleta de dados. Este tipo de questionário facilita o tratamento e análise da informação, exigindo menos tempo, aplicando entrevista semiestruturada. Os instrumentos foram construídos com base nas categorias elencados por PERICO (2009) destacados no referencial teórico. O universo da amostra analisada parte de 18 agricultoras que frequentaram o curso oferecido. Deste total 1/3 do total foi entrevistado.

Etapa 2 – Tratamento de dados: para o tratamento das informações colhidas será identificado no questionário à adequação às dimensões contidas no modelo de avaliação de participação social a partir das dimensões: Coesão Social, Coesão Territorial, Governabilidade, Sustentabilidade, Inclusão econômica e Bem-estar que segundo PERICO (2009) o conceito de território nesse contexto é de fundamental importância, apontando que o território deve ser examinado de maneira complexa, destacando sua identidade, que representam múltiplas relações sociais.

Etapa 3 – Análise complementar de dados: para o tratamento de algumas informações colhidas foi correlacionado para efeito de análise à adequação às dimensões contidas no modelo de avaliação de participação social⁵ a partir dos critérios de análise: Valorização Cidadã, Canal de difusão, Abertura de espaços de decisão e Aprovação cidadã dos resultados.

4. Revisão Teórica

Durante o processo inicial de formação do projeto universitário sobre a participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ), quatro temáticas mais específicas, mostraram-se fundamentais e recorrentes sendo necessário um aprofundamento teórico são: (A) Gestão Social, (B) Desenvolvimento territorial sustentável, (C) Assistência social como política de gestão social e (D) Questão de Gênero. Desta forma a seguir será apresentado uma revisão teórica sobre os termos em destaque.

4.1. Gestão Social

O termo gestão social vem sendo usado nas últimas décadas em diferentes ângulos de análises. Suponha-se que tal fato se relaciona nas transformações que se processam na sociedade capitalista. O termo desafia intelectuais, pesqui-

sadores, profissionais, governantes e todos envolvidos de alguma forma na construção do setor público. As análises convergem para a visão de que a gestão do social deve ser conduzida a partir do pressuposto do bem comum em um processo descentralizado e participativo.

A gestão social não obedece ao padrão de gestão estratégica, pois busca substituir a gestão burocrática e monológica, por um gerenciamento participativo, dialógico onde o poder de decisão é deliberado pelos vários atores sociais envolvidos. Neste estudo pensamos gestão social de acordo com o modelo de democracia deliberativa e processo dialógico de Habermas (2003), na medida em que o alicerce de seu processo de tomada de decisão pressupõe a participação de todos os atores sociais que direta ou indiretamente tenham relações com o tema em debate.

Segundo Tenório (2004, p. 02), o conceito de gestão social é abordado como uma construção de uma nova relação entre o poder público e a sociedade, se aproximando de um processo onde a hegemonia das ações possui caráter intersubjetivo. Isto é, no qual os mais interessados na decisão, na ação de interesse público, são participantes do processo decisório. A gestão social é uma ação que busca o entendimento negociado e não o resultado, o que é típico do mundo empresarial privado. Na gestão social todos os envolvidos têm direito à fala. Deve ser uma prática gerencial à qual, na relação sociedade-Estado, seja incorporada a participação da cidadania desde o momento da identificação do problema à implementação de sua solução.

No contexto deste estudo, a gestão social é entendida como um instrumento de democratização na gestão das políticas públicas, na busca da implementação da política de desenvolvimento local com cidadania. Considerando assim, essencial a participação dos diversos atores sociais.

Em síntese, a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na

inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação como fim último [...] em outras palavras, pode haver gestão para além dela. (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011, p 69)

No cenário político atual ampliou o debate acerca de políticas públicas, atreladas à democratização do Estado e sociedade. Esse movimento introduz a participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle das políticas públicas. Segundo Habermas (apud TENÓRIO, 2012, p. 24) de acordo com a visão republicana, os direitos políticos – predominantemente direitos de participação e comunicação política – são liberdades positivas. Pois garantem não a liberdade frente às pressões externas, mas sim a possibilidade de participar de uma prática comum, por meio do exercício em que converte os cidadãos naquilo que desejam ser: autores politicamente autônomos de uma comunidade de pessoas livres e iguais.

Desta forma, do ponto de vista republicano o objetivo da comunidade pressupõe o bem comum. Porém, alcançar tal objetivo exige empenho político em definir, estabelecer, efetivar e sustentar o conjunto de direitos daquela sociedade. Neste sentido Tenório (2012, p. 26), aponta que os direitos constitucionais estão postos, resta-nos enquanto cidadãos, buscar efetivar o que a Constituição Federal, definindo a participação cidadã não somente por meio de seus representantes eleitos (democracia representativa), mas também pela ação direta (democracia participativa).

O autor aponta ainda que cidadania participativa de políticas públicas seria o cidadão interagindo dentro de espaços públicos, pactuando os seus interesses em função do bem comum. O conceito de cidadania deliberativa adotado por Tenório (apud VILLELA, 2012, p. 38) teve como base os preceitos teóricos de Habermas (2003) e sua relação com os critérios de avaliação da participação cidadã desenvolvidos pelo Instituto de

Governo e Políticas Públicas da Universidade de Barcelona – IGOP.

Tomaram como base a definição de cidadania deliberativa, em que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum, definiram as categorias e indicadores através dos quais sugerem uma forma de avaliação de processos decisórios deliberativos. Conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Cidadania Deliberativa: critérios de análise

Categorias	Critérios
<p>Processo de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p>	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
<p>Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.</p>	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
<p>Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.</p>	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
<p>Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.</p>	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
<p>Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.</p>	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
<p>Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.</p>	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

4.2 Desenvolvimento Territorial Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez no ano de 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que elaborou um relatório chamado de Brundland. No referido relatório o conceito de sustentabilidade foi definido como: O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A realidade do município de Itaguaí é de um grande crescimento econômico. Porém, segundo SACHS (2008) os objetivos do desenvolvimento vão além da multiplicação da riqueza material, afirmando que o crescimento é condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

O autor aponta os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: 1) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais por causa a perspectiva de disfunção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta. 2) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos); 3) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; 4) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; 5) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz

toda a diferença. SACHS (2008).

Portanto, o desenvolvimento sustentável visa atrelar desenvolvimento, crescimento econômico e preservação do meio ambiente para geração presentes e futuras. De acordo com JACOBI (1999), o eco desenvolvimento, além de incorporar definitivamente os aspectos ecológicos no plano teórico, enfatiza a necessidade de inverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza.

Segundo PERICO (2009) o conceito de desenvolvimento territorial sustentável visa criar mecanismos de avaliação das ações dos poderes públicos. O autor enfatiza que o conceito de território nesse contexto é de fundamental importância, apontando que o território deve ser examinado de maneira complexa, destacando sua identidade, que representam múltiplas relações sociais. A experiência de um povo e sua fonte de significado e identificação simbólica expressa suas relações de poder e assim sua política.

Desta forma, o autor aponta que para se avaliar as relações de poder em um determinado território devem-se observar as seguintes dimensões: **Coesão social**, que consiste no alcance da equidade entre os grupos sociais que compõem o território. Em termos do desenvolvimento democrático, implica a garantia e o respeito aos direitos dos cidadãos, expressos nos processos de participação, diversidade, identidade, autoestima, inclusão e equidade. **Coesão territorial**, que se refere ao equilíbrio e à unidade nacional que favorecem aos territórios a encontrar possibilidades de implementar seus próprios modelos de desenvolvimento territorial sustentável. Os componentes básicos da coesão territorial surgem do desenvolvimento endógeno pautado nas capacidades e recursos de cada território, utilizados nos modelos de desenvolvimento que potencializam todos os recursos territoriais na produção de bens sob arranjos econômicos e produtivos eficientes em termos econômico e social, e que reduzem as desigualdades territoriais e regionais expressas no desequilíbrio do

modelo de desenvolvimento do Brasil.

Para essa razão, a política procura criar condições de maior igualdade entre as regiões diferentes. **Governabilidade**, que explicita a capacidade da sociedade para implementar processos de longo prazo, tendo em vista alcançar as metas e propósitos do desenvolvimento. A plena governabilidade implica na presença de instituições territoriais fortalecidas, a descentralização, negociações territoriais, um exercício cidadão, confiança e solidariedade.

Sustentabilidade, que consiste na viabilidade dos modelos de desenvolvimento em longo prazo, sob o princípio de que o modelo deve garantir que as oportunidades de bem-estar e crescimento ocorrem de forma equitativa e intergeracional. Significa que o desenvolvimento atual não ponha em risco as possibilidades de desenvolvimento das gerações futuras. Demanda simultaneamente a equidade intrageracional, implicando que as oportunidades de bem-estar de alguns membros da sociedade não inviabilizem as possibilidades de outros. Essa sustentabilidade norteia ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ambientais. A **Inclusão econômica**, onde esclarece que objetivo final da dinamização econômica não se restringe ao crescimento, à competitividade das empresas e ao aumento das rendas individuais. Essa inclusão deve refletir nos modelos com rentabilidade social, participação dos pequenos produtores, produtividade e potencialização das economias locais e por último a dimensão de Bem-estar— assinalando que o alvo último do desenvolvimento territorial sustentável é o bem-estar e a felicidade das populações pertencentes aos territórios. Esse bem-estar é relativo aos diferentes tipos de modelos e de projetos territoriais, mas tem de se refletir no desenvolvimento humano e na qualidade de vida. A ausência ou inoperância de uma dessas dimensões causa desequilíbrio socioeconômico e ambiental; pois tais dimensões são o marco do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

4.3 Assistência Social como política de proteção social

A Política de Assistência Social no Brasil ganha novo estatuto com a Constituição Federal de 1988, compondo a seguridade social, de responsabilidade do Estado e direito do cidadão. No campo da seguridade social, em conjunto com a saúde e a previdência social, a assistência social é proteção, atuando protetiva e preventivamente nas situações de risco social. Tais riscos não advêm de situações de caráter físico, psicológico, biológico, como a saúde, mas atua no campo relacional da vida humana. A assistência social se coloca no campo da sociedade e está sob sua responsabilidade os ricos sociais oriundos dos processos de convívio e insustentabilidade de vínculos sociais.

Em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, define a Assistência Social como “direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais [...] através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, art. 1º, LOAS, 1993).

Após a LOAS, foram implementadas Políticas Nacionais e Normas Operacionais Básicas que normatizaram e organizaram as ações de Assistência Social, tais como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), e a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS-2005).

Segundo a PNAS-2004, a Política de Assistência Social se efetiva em conjunto com outras políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, tendo como propósito de seu enfrentamento a garantia dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais. Os usuários da Política de Assistência Social são em suma, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.

Após a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, tornou-se necessário à criação de uma Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS), que atendesse às previsões instituídas pela PNAS. Nesse período movimentos populares pleiteavam o avanço da cidadania, e a implementação da NOB/SUAS, deliberada durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social no ano de 2003, sendo aprovado uma agenda de reuniões e ações com intuito de discussões acerca da construção e consolidação da NOB/SUAS, culminando com a aprovação através da Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005 do Conselho Nacional de Assistência Social.

A IV Conferência Nacional realizada em dezembro de 2003 aprovou uma nova agenda política para o reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil. Deliberou pela implantação do SUAS, modelo de gestão para todo território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2005)

A NOB/SUAS é um instrumento de regulamentação que tem como proposta predominante a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família, ampliando a proteção e a universalização de direitos, aperfeiçoando a gestão, qualificando e fortalecendo a participação e o controle social. No que se referem aos princípios da política de assistência social, os mesmos estão dispostos no artigo 4º da LOAS, foram retomados na PNAS 2004 e assim estabelecidos conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Princípios da Política de Assistência Social

LOAS/1993	PNAS/2004
I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.	I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.	II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, em comum à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vestimentar de necessidade.	III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, em comum à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vestimentar de necessidade.
IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;	IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.	V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Fonte: QUINONERO, C. G. et AL, 2013.

Em relação às diretrizes da política, se observarmos o processo histórico a partir da Constituição Federal e a atualização na LOAS/1993, decorrendo num fortalecimento jurídico-político,

onde se agrega a diretriz de primazia da responsabilidade do Estado e o comando único das ações em cada esfera de governo e, posteriormente, a PNAS/2004, que inclui a centralidade na família para concepção de serviços, projetos, programas e benefícios, conforme Quadro 3

Quadro 3 – Diretrizes da Política de Assistência Social

Constituição Federal de 1988 - Artigo 204	LOAS/1993 – artigo 5º	PNAS/2004
I-Descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social	I-Descentralização político administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo	I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais
II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.	II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis	II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis
	III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo	III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo
		IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos

Fonte: QUINONERO, C. G. et AL, 2013.

É válido a ressalva, que todas as diretrizes, tanto do LOAS como da PNAS, tornam-se indissociáveis no que tange a participação da sociedade civil, como agente construtor da política pública e fortalecimento do território, principalmente em grupos que sofrem a pressão de gênero, no caso das mulheres e mercadológicas no que se refere a agricultores rurais.

4. Gênero em questão

O ser humano nasce dotado de determinadas características biológicas que o enquadra como um indivíduo do sexo masculino ou feminino. O sexo é definido biologicamente tomando como base a genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais se nasce. Porém, para alguns autores, o conceito de gênero vai para além da definição biológica. Segundo CISNE (2015), os estudos de gêneros surgem no final do século 20 sob influência de feministas acadêmicas, nas décadas de 70 e 80. O objetivo dos estudos na época era analisar as desigualdades entre homens e mulheres pelo ponto de vista das construções sociais, determinadas através das relações sociais.

Para LOURO (2008) ser mulher depende das marcas, gestos, comportamentos, preferências e até mesmo das frustrações causadas por ensinamentos advindos de normas, regras e valores impostos pela sociedade em uma dada cultura. Simone de Beauvoir cita que: “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher”. A frase indica que o modo de ser, esta no mundo e não resulta de um único ato, mas que se constitui numa construção contínua de reflexões e teorizações muitas vezes polêmicas. A frase pode ser aplicada no masculino, fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada é natural, ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Assim, mesmo que teóricas e intelectuais discutam quanto aos modos de

compreender e atribuir sentido a esses processos, homens e mulheres, de certo modo, costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmeo que faz deste um sujeito masculino ou feminino. Essa construção do gênero e da sexualidade é contínua, ao longo de toda a vida. Alguns autores para além da discussão de gênero aprofundam o assunto inclusive sobre o advento do capitalismo e a posição social da mulher na sociedade de classes. Para SAFFIOTI (2013) em todas as épocas a mulher tem contribuído para subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Anteriormente a revolução agrícola e industrial, nas economias pré-capitalistas, as mulheres das camadas trabalhadoras trabalhavam nos campos e nas manufaturas, nas minas, nas lojas, nas oficinas e também realizavam outras tarefas domésticas, ditas na época como tarefas femininas.

Segundo CISNE (2015) a divisão sexual do trabalho é resultado de um sistema patriarcal capitalista que através de divisão hierárquica entre sexos, atribui às mulheres um baixo prestígio social as submetendo aos trabalhos mais precarizados. ANTUNES (1999), analisa a condição da mulher na sociedade de classes e aponta que a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa, ela é duplamente explorada pelo capital. Considerando a questão de gênero relacionado ao contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como um direito que fortalece a cidadania encontra-se este também imbricado com a questão de gênero no Brasil.

Esta realidade se faz presente no meio rural visto que no campo se reproduzem as desiguais e hierarquizadas relações de gênero. Nelas a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica – familiar e público da produção situam a mulher como “instrumento” e não como sujeito e alvos das políticas. (SILVA, ARRAZOLA, 2015).

5. Resultados e Análise

Durante a capacitação, construção e levantamento da pesquisa, foram utilizadas algumas categorias de análise (Quadro abaixo), levantadas pelo Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT)⁶ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como fundamentais para o entendimento das temáticas de gestão social, território, meio rural e território. A partir das categorias analíticas foram formuladas questões, aplicadas perguntas 1/3 das alunas participantes. Abaixo compõe-se o quadro resultante da entrevista com resultados diretos observados.

Categoria Analítica	Pergunta Do Questionário	Resultados
Coesão Social	Como você avalia sua comunidade em relação à participação nas políticas públicas?	Três agriculturas afirmaram que participam pouco e outras três que não participam.
	Após o curso, você percebeu as agriculturas mais envolvidas nas políticas públicas do município?	A maioria das agriculturas perceberam que algumas agriculturas passaram a se envolver mais (5). Uma agricultora considerou que a maioria passou a se envolver mais nas políticas públicas municipais depois do curso.
Categoria Analítica	Pergunta do Questionário	Resultados
Coesão Territorial	O curso provocou alguma discussão no território de Mazambinha sobre formas de organização coletiva das agriculturas?	Todas as agriculturas apontaram que o curso despertou muitas discussões.
Categoria Analítica	Pergunta do Questionário	Resultados
Governabilidade	Como você avalia a importância do diálogo entre as agriculturas locais, prefeitura e empresas para o desenvolvimento do seu território?	Cinco das agriculturas entrevistadas consideraram muito importante o diálogo com os outros atores locais. Uma entrevistada considera apenas importante.
Categoria Analítica	Pergunta do Questionário	Resultados
Sustentabilidade	O curso colaborou para os atores do território dialogar sobre o conceito de sustentabilidade?	Três agriculturas disseram que o curso colaborou para o diálogo dos atores do território. Duas foram menos otimistas, mas admitiram que colaborou um pouco. Uma entrevistada não soube responder.
Categoria Analítica	Pergunta do Questionário	Resultados
Inclusão econômica	O curso colaborou para pensar estratégias de melhor rentabilidade na produção agrícola de Mazambinha?	Todas as entrevistadas disseram que o curso colaborou para pensar estratégias de melhor rentabilidade para sua região, sendo que cinco delas disseram que colaborou bastante.
Categoria Analítica	Pergunta do Questionário	Resultados
Bem-estar	Após o curso você percebeu alguma mudança coletiva em relação ao bem-estar local?	Todas as agriculturas perceberam mudança coletiva em relação ao bem-estar local após o curso, sendo que quatro delas consideraram esta uma grande mudança.

Fonte: Própria

Observou-se através da aplicação do questionário, que as agricultoras de Mazombinha que passaram pelo curso “A Política de Assistência Social no Meio Rural”, perceberam melhorias nas questões que envolvem sua participação junto aos atores locais. No que se refere à coesão social, apreende-se que a participação continua baixa, mas que houve melhorias já que a maioria das entrevistadas admitiu que algumas agricultoras passaram a se envolver mais no processo de participação social. Essa ideia é corroborada pelo discurso de uma das agricultoras que quando entrevistada disse:

O que acontece lá é que poucas pessoas se interessam em participar de reuniões, conselhos e querem ver mudanças. Algumas participaram do curso de empreendedorismo financiado pela VALE. Foram 80 participantes com seus projetos e 8 escolhidos. Lá de Mazomba tiveram dois projetos escolhidos para a empresa incentivar a pôr em prática. Então tem que participar, correr atrás das coisas. Só que poucas querem. (ENTREVISTADA 1)

Quanto à coesão territorial, observou-se que as agricultoras consideram importante o diálogo entre os atores do territorial em prol de um desenvolvimento territorial sustentável. Na fala das agricultoras entrevistadas torna-se evidente essa conscientização em função das dificuldades por elas enfrentadas:

As reuniões para montar a cooperativa ‘está’ acontecendo. Tem participado a ODEBRECHT, VALE, Itaguaí Construções Navais – ICN, Secretaria de Meio Ambiente.... mas parece que não anda, nossas falas são diferentes das deles.... mas estamos tentando, caminhando, vamos ver. (ENTREVISTADA 2)

Também tem acontecido reuniões para tratar do assunto da cooperativa que estamos tentando criar. Mas o pessoal do governo que vem participar tem outros interesses. Como eu já tinha te falado, nós somos pequenos, eles querem pen-

sar muito grande, em grandes lucros, não falamos a mesma língua, isso acaba desanimando a gente. (ENTREVISTADA 1)

No que tange a dimensão da governabilidade podemos observar no quadro analítico acima que as agricultoras consideram importante o diálogo entre os atores: sociedade, poder público e mercado para o fortalecimento dessa dimensão para o território. Quanto à categoria sustentabilidade o quadro 4, indica uma avaliação positiva das entrevistadas, mas percebeu-se durante a aplicação do questionário que não ficou claro para as agricultoras este conceito.

Podemos observar que o conceito de inclusão econômica foi bem apreendido pelas agricultoras e colaborou para pensar estratégias de rentabilidade econômica para a região, a mobilização para criação da cooperativa é uma delas. Porém percebe-se, na fala abaixo, que o poder público não valoriza a questão rural. Poderíamos atribuir esse fato a baixa contribuição da agricultura como atividade econômica.

Como é tudo muito difícil em Mazombinha, o governo não incentiva. De repente esse é o motivo da falta de participação. Só lembram da gente em tempo de eleição. Ano que vem vai ter muita gente por aqui. Políticos querendo voto. (ENTREVISTADA 2)

Quanto à categoria bem-estar é possível dizer, de acordo com a opinião das agricultoras, que houve uma melhora no bem-estar geral da comunidade em função das informações e debates promovidos durante o curso.

O curso explicou sobre os meios de buscar ajuda né? Falou onde tem os CRAS, Bolsa família... ah também falou dos conselhos né? Pra gente participar... então esse incentivos é que precisamos para fortalecer a gente. Precisamos de mais cursos para incentivar a gente. (ENTREVISTADA 1)

Além das categorias analíticas, foram constituídas perguntas pautadas, na perspectiva de participação/valorização cidadã e gestão social, tendo como parâmetro as análises destas temáticas, definidas por Tenório e Villela (2008).

Quadro 5 – Critérios, resultados e análise da participação cidadã e da gestão social.

Critério	Pergunta do Questionário	Resultados
Valorização cidadã	Como você avalia sua comunidade em relação à participação nas políticas públicas?	Três agriculturas afirmaram que participam pouco e outras três que não participam.
	Após o curso, você percebeu as agriculturas mais envolvidas nas políticas públicas do município?	A maioria das agriculturas perceberam que algumas agriculturas passaram a se envolver mais (5). Uma agricultora considerou que a maioria passou a se envolver mais nas políticas públicas municipais depois do curso.
Critério	Pergunta do Questionário	Resultados
Canal de difusão	O curso provocou alguma discussão no território de Mossambina sobre formas de organização coletiva das agriculturas?	Todas as agriculturas apontaram que o curso despertou muitas discussões. (não foram especificadas quais)
Critério	Pergunta do Questionário	Resultados
Abertura de espaços de decisão	Como você avalia a importância do diálogo entre as agriculturas locais, prefeitura e empresas para o desenvolvimento do seu território?	Cinco das agriculturas entrevistadas consideraram muito importante o diálogo com os outros atores locais. Uma entrevistada considerou apenas importante.
Critério	Pergunta do Questionário	Resultados
Apropriação cidadã dos resultados	Após o curso você percebeu alguma mudança coletiva em relação ao bem-estar local?	Todas as agriculturas perceberam mudança coletiva em relação ao bem-estar local após o curso, sendo que quatro delas consideraram esta uma grande mudança.

Na perspectiva de Tenório e Villelaet (2008), em relação de as políticas públicas e a valorização cidadã por parte das agricultoras locais o que ficou notório foram as dificuldades de diálogo entre a comunidade, prefeitura e empresas da região, e a busca de abertura de espaços de decisão conjuntas, com esferas públicos/privadas além da necessidade de construção de uma comunidade coesa através de instâncias de controle social, visando uma maior formação cidadã e a busca de resultados convergentes para a comunidade e o território do Mazombinha.

6. Considerações Finais

Observa-se que a ausência do contexto rural nas ações desenvolvidas pelas políticas públicas no estado afastou a população rural da possibilidade de compartilhar garantias, direitos e acesso ao modelo de proteção social brasileiro, conjuntamente com a população das áreas urbanas. Em Mazombinha - Itaguaí averiguou-se que o rural é identificado como o lado atrasado do município passando a exercer o papel secundário no modelo de desenvolvimento urbano-industrial implantado e forçado pelos megaempreendimentos na região.

A realidade observada foi na medida que as agricultoras locais exercem pluriatividade com suas tarefas domésticas, de cuidar da terra na agricultura familiar, de agregação de valor à produção (processamento) e na comercialização da produção. O que faz com que elas tenham uma tripla jornada de trabalho. Sendo que os homens da família são atraídos para a construção civil e para as empresas instaladas nos municípios tendo assim um compromisso com o trabalho socialmente reconhecido através do emprego formal.

Esse artigo aponta a necessidade ao acesso prático a direitos garantidos pela política de assistência social como uma das possibilidades efetivas de alterar a lógica de exclusão vigente,

contribuindo para o aprofundamento e afirmação da concepção e materialização das ações contidas na PNAS. Neste sentido a inclusão da população rural torna-se um desafio inadiável. Assim sendo, a Assistência Social demonstra-se uma política transversal que busca dialogar com as demais políticas públicas em prol da garantia de direitos dos sujeitos sociais.

Buscou-se no curso oferecido conscientizar as agricultoras do seu papel enquanto sujeitos de direito e atores fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável do seu território. Observamos que o conteúdo foi apreendido, apesar das dificuldades por elas apontadas para colocar as ideias em prática por falta de um canal de diálogo como poder público local. Alguns avanços em relação à inclusão dessas agricultoras foram observados, principalmente em relação à mobilização para criação da cooperativa (fundada no ano de 2016). Podemos observar que o módulo do curso trouxe para elas uma visão mais clara de participação social e do seu papel enquanto sujeitos de direito daquele território.

Podemos notar que o módulo do curso 'A Política de Assistência Social no meio rural' colaborou para uma melhor compreensão das agricultoras em relação aos seus direitos sociais vinculados as dimensões específicas do desenvolvimento territorial sustentável: coesão social, coesão territorial, governabilidade, sustentabilidade, inclusão econômica e bem-estar. O curso contribuiu também para melhoria da qualidade dos processos participativos das agricultoras participantes. O que potencializa uma melhor gestão social para além das políticas públicas apresentadas.

Pode-se afirmar que o curso, construiu na comunidade uma proposta de participação cidadã contínua ao diálogo, consciente de seu papel no território e agente transformador de sua comunidade, pode se notar isso no incentivo e criação de uma cooperativa no ano de 2016, após a promoção do curso, participação dos agricultores locais em feiras de agricultores na região e a par-

ticipação permanente desses atores rurais no colegiado da Baía da Ilha Grande, que trata especificamente sobre questões de seus interesses, com outros agricultores rurais, outras comunidades tradicionais, agentes públicos/privados o estado e a universidade.

7. Referências Bibliográficas

ALCANTARA, Denise. *Itaguaí e Seropédica: nós nas redes – Conflitos e transformações da paisagem*. Artigo do anais da VI oficina de Arquitetura da Paisagem e III oficina Quapa-SEL RJ, p. 1-25. 2011

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT). *Instruções preliminares para o assessoramento aos Colegiados Territoriais – 2º SEM / 2015*. Brasília: MDA/SDT 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS: Construindo as Bases para Implementação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, 2005.

CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FISCHER, T. *Gestão contemporânea, Cidades Estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local*. In. Tânia (org.). *Gestão estratégica: Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*; tradução Joice Elias Costa. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: Entre factividade e validade*. 2º ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JACOBI, P. *Meio ambiente e sustentabili-*

dade. In: CEPAM. *O município no século XXI*. São Paulo: CEPAM, 1999.

LOURO, G. L. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*, Rio Grande do Sul: Revista-Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV EAESP, 2012.

PERICO, R. E. *Identidade e território no Brasil*. Brasília, 2009.

QUINONERO, C. G. et al. *Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS*. O Social em Questão - Ano XVII - nº 30. Revista do Departamento de Serviço Social - PUC - RJ, 2013.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*, Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, M.Z.; ARRAZOLA, L.S. *Mulher, Política Pública de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: Proposta para um debate*. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Silva-Duque_Arrazola_37.pdf Acesso em: 22.07.2016 as 18:20h.

VILLELA, L. E; GUSMÃO, E. C; CANSADO, A. C. *Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local*. Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 16, n. 2, p. 208-219, 2014.

¹Megaempreendimento - Operações de Larga escala que envolvem volumosos recursos e extensas superfícies. (SMOLKA, 2004 apud OLIVEIRA, 2012)

²Disponível em <www.mar.mil.br>

³Vide quadro 2 deste artigo.

⁴Vide quadro 2 deste artigo

⁵TENÓRIO E VILLELA ET AL. (2008).

⁶Responsável pela implementação do projeto